



Universidade Estadual de Maringá
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS BIOLÓGICOS,
QUÍMICOS E RADIOATIVOS DA UEM.



PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ DO SUL

Av. Colombo, nº 5.790 Jd. Universitário, Maringá – PR
CEP 87.020-900 Fone (44) 3261-4282

E-mail: proresiduos@uem.br - Home Page: www.proresiduos.uem.br



*“Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato,*

O bicho, meu Deus, era um homem.”

(“O BICHO” – Manuel Bandeira)



SUMÁRIO

LISTA DE FOTOS, ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS.....	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo Geral	7
2.2 Objetivos específicos.....	7
3. CARACTERIZAÇÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	8
3.1 Perfil do Município de Jundiaí do Sul	8
3.1.1 Aspecto Histórico	8
3.1.2 Aspectos Gerais	9
3.1.3 Aspectos urbanos e Educacionais.....	10
3.1.4 Aspectos Econômicos.....	10
3.1.5 Turismo, Cultura e Esporte.....	11
3.2 Características da gestão municipal dos resíduos sólidos	11
4. RESÍDUOS SÓLIDOS E MEIO AMBIENTE	13
4.1 Sistema de Limpeza Urbana no Brasil	19
5. ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO	23
5.1 Diagnóstico do Atual Sistema de Limpeza Urbana de Jundiaí do Sul	25
5.1.1 Caracterização do Município.....	25
5.1.2 Caracterização dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de Jundiaí do Sul	29
5.1.3 Aspectos Legais relacionados aos RSU.....	35
5.1.4 Estrutura Operacional	36
5.1.5 Serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos	38
5.1.6 Educação Ambiental formal voltada para os RSU	42
5.1.7 Aspectos Sociais	43
5.2 Diagnóstico socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis dos Resíduos Sólidos domésticos (RSU) do município de Jundiaí do Sul.....	43
5.2.1 Situação atual dos catadores e coletores (garimpeiros) de lixo de Jundiaí do Sul.	44
5.3 Propostas de ações a serem tomadas pela administração municipal.....	45
5.3.1 Aspectos econômicos, financeiros e legais:	45
5.3.2 Aspectos sociais e agentes sociais envolvidos com os RSU (comunidade, técnicos da PMJS, catadores, separadores autônomos, cooperativas, etc).	46
5.3.3. Educação Ambiental sobre Resíduos Sólidos Urbanos.....	48
5.3.4 Revisão e melhorias da coleta, transporte e disposição final dos RSU nos distritos de Jundiaí do Sul.....	48
5.3.5 Implantação de coleta seletiva de materiais presentes nos RSU	49
5.3.6 Resíduos de grandes volumes e especiais	49
5.3.7 Disposição final dos RSU gerados na sede do Município.....	50
5.3.8 Gestão do PGIRSU	50



6. PRINCIPAIS PROBLEMAS OPERACIONAIS DETECTADOS.....	51
7. CONCLUSÃO.....	51
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	53



LISTA DE FOTOS, ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS.

Foto 1 - Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul – julho de 2008	9
Foto 2: Vista parcial do lixão – Julho/2008	37
Foto 3: Vista parcial da área de recebimento de entulho e galhada – Julho/2008	37
Foto 4: vista parcial da área de recebimento para recicláveis – Julho/2008.....	38
Foto 5: trator utilizado para coleta de resíduos e serviço de limpa fossa – Julho/2008	39
Foto 6: carreta utilizada para coleta de resíduos – Julho/2008.....	39
Ilustração 1: Destinação dos resíduos em 2000.....	23
Ilustração 3: Localização no Estado	26
Ilustração 4: Cobertura Vegetal atual no estado do Paraná.	27
Ilustração 5: Bacia de drenagem do Rio das Cinzas	28
Tabela 1: Resíduo sólidos em números.....	13
Tabela 2: Dados sobre a composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos de Jundiá do Sul, levando em consideração os valores médios obtidos para as três rotas de coleta de resíduos para o período de janeiro a março de 2008.....	33
Tabela 3: Valores referentes ao potencial de geração de materiais recicláveis, matéria orgânica, rejeitos (resíduos classe I e II) e podas por rota.....	33
Quadro 1; Classificação dos Resíduos Sólidos Urbanos	16
Quadro 2: Classificação dos Resíduos de Fontes Especiais	16
Quadro 3: Componentes industriais potencialmente perigosos presentes nos resíduos sólidos urbanos.....	19



1. INTRODUÇÃO

Embora a geração de resíduos oriundos das atividades humanas faça parte da história do homem, é a partir da segunda metade do século XX, com os novos padrões de consumo da sociedade industrial, que isso vem crescendo, em ritmo superior à capacidade de absorção pela natureza. Aliado a isso, o avanço tecnológico das últimas décadas, se, por um lado, possibilitou conquistas surpreendentes no campo das ciências, por outro, contribuiu para o aumento da diversidade de produtos com componentes e materiais de difícil degradação e maior toxicidade.

A geração de resíduos pelas diversas atividades humanas constitui-se atualmente em um grande desafio a ser enfrentado pelas administrações municipais, sobretudo nos grandes centros urbanos.

O descarte inadequado de resíduos tem produzido passivos ambientais capazes de colocar em risco e comprometer os recursos naturais e a qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

Tais desafios têm gerado políticas públicas e legislações tendo como eixo de orientação a sustentabilidade do meio ambiente e a preservação da saúde, como a Constituição Federal no seu artigo 225, Lei Federal n. 9.605/98 e 11.445/07, Lei Estadual n. 12.493/99, Resoluções do CONAMA n^o 05/93, 257/99, 307/02, 23/96, 316/02, Agenda 21, Decreto Federal 3179/99, e demais normas ambientais vigentes.

O trabalho apresentado é o resultado referente ao diagnóstico realizado no Município de Jundiá do Sul, no período de junho a agosto de 2008, com base nos resultados dos trabalhos de levantamento de campo e aplicação do questionário para a obtenção de informação.

As atividades desenvolvidas deram suporte para obtenção do diagnóstico da situação da coleta, administração e disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município, bem como as análises, e medidas a serem executadas, para atender a legislação vigente.



2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Construir um modelo de gestão para os RSU de Jundiaí do Sul abrangendo os aspectos técnicos, administrativos, jurídicos, educacionais e sócio-econômico-ambiental relacionados à coleta, transporte, tratamento, reciclagem, compostagem e disposição final dos resíduos urbanos.

2.2 Objetivos específicos

- Diagnosticar e reordenar o modelo atual de limpeza urbana;
- Elaborar e/ou aperfeiçoar as normas e regulamentos vigentes da limpeza urbana;
- Promover a capacitação dos profissionais envolvidos na limpeza urbana;
- Elaborar um banco de dados com informações sobre o funcionamento e o desempenho do sistema de limpeza urbana;
- Envolver a sociedade organizada e os diversos níveis do governo municipal na construção de um modelo de gestão dos RSU;
- Promover a organização dos catadores;
- Buscar a implantação e/ou fortalecimento de um programa de educação sobre limpeza urbana e reciclagem de materiais;
- Implantar um comitê de acompanhamento e monitoramento do programa de gestão dos RSU.



3. CARACTERIZAÇÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1 Perfil do Município de Jundiá do Sul

O perfil do município foi realizado considerando os aspectos que tenham influência direta ou indireta com a gestão de resíduos sólidos urbanos, do município de Jundiá do Sul.

3.1.1 Aspecto Histórico

O sistema de colonização implantado a partir da década de 20 em que ressalta, principalmente, a adoção do regime de pequena propriedade, estimulou fortemente a concentração da produção, a explosão demográfica e o aparecimento da classe média rural.

Foi em 1917 que Salvador Castilho, caboclo desbravador de matas, e dois índios guaranis, Raimundo e Benedito, chegaram às terras onde hoje se localiza o Município de Jundiá do Sul. Os pioneiros encontraram no local três tribos de índios: os Caigangues, em maior número, e os Guaranis e Coroados, tribos menores. Seriam ao todo uns 1.800 índios. O primeiro núcleo de brancos foi instalado em 1918. Criado pela Lei nº02 de 10 de outubro de 1947, foi instalado oficialmente em 05 de dezembro do mesmo ano, sendo desmembrado de Santo Antônio da Platina.



Foto 1 - Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul – julho de 2008

3.1.2 Aspectos Gerais

- **População (2000)**

Urbana: 2.263 habitantes

Rural: 1.391 habitantes

Total: 3.654 habitantes

Taxa de Crescimento Anual Total: - 0,26 %

- **Distâncias**

Da Capital: 394 Km

Do Porto de Paranaguá: 485 Km

Do Aeroporto mais próximo: 132 Km (Londrina)

- **Dados Geográficos**

Área: 391.744 Km²

Altitude: 530 metros

Latitude: 23° 25'00" Sul

Longitude: 450° 14'00"W-Gr



3.1.3 Aspectos urbanos e Educacionais

- **Economias existentes:**

Água: 714

Esgoto: 0

Ligações de Energia Elétrica: 877

- **Educação – Área urbana**

Ensino Público Fundamental: 773 matrículas

Ensino Médio: 154 matrículas

Ensino particular: 0 matrículas

3º Grau: não possui

3.1.4 Aspectos Econômicos

- **Participação no PIB Municipal**

Agropecuária: 40,71 %

Indústria: 1,82 %

Serviços: 57,47 %

Produto Interno Bruto: US\$ 4.805.634,59

Renda per capita: 1.197,82

População economicamente Ativa: 2.096 habitantes.

- **Principais Produtos Agrosilvopastoris:**

Café

Bovinos

Milho Safra Normal

- **Indústria Dominante:**

Mobiliário

Extração Mineral

Prod. Minerais Não Metálicos



- **Distribuição das Atividades Econômicas**

Setor	Nº total de estabelecimentos no Município
Indústria	06
Comércio Varejista	27
Comércio Atacadista	00
Serviços	04

Tabela 01: Número de estabelecimentos sujeitos ao recolhimento do ICMS, por setor.

3.1.5 Turismo, Cultura e Esporte.

Nenhuma informação referente a turismo, cultura e esporte.

3.2 Características da gestão municipal dos resíduos sólidos

Para a caracterização da gestão dos resíduos sólidos foi realizada uma pesquisa no município. A metodologia aplicada foi através de um questionário junto aos responsáveis pela implantação deste projeto e consulta a informações fornecidas pelo funcionário do setor responsável do Município de Jundiaí do sul, em 2008.

Este instrumento foi estruturado de forma a possibilitar a obtenção de informações necessárias a essa caracterização, abordando os seguintes aspectos sócios - econômicos e ambientais:

- Geração dos resíduos;
- Serviço de limpeza;
- Serviço de coleta;
- Coleta de recicláveis;
- Catadores;
- Institucionais.

A seguir, a caracterização do município de Jundiaí do Sul, utilizando as informações coletadas.



A prefeitura municipal é responsável pela coleta e destinação dos 1.300 kg de resíduos sólidos urbanos (LIXO) que são gerados na cidade, o que equivale a uma taxa de 0,574 kg/hab/dia.

A varrição a capinação são executadas por uma equipe de 02 varredores contratados pela prefeitura. As atividades de roçadas são executadas esporadicamente usando parte dessa equipe acrescida de um motorista.

Os serviços de coleta do lixo residencial e comercial são executados diretamente pela prefeitura, com uma frequência de duas vezes por semana, com exceção do centro da cidade que é diária.

Existe 01 carrinheiro que coleta o resíduo reciclável informalmente, sendo o papelão, o plástico e o metal o quem tem a maior participação e interesse dos coletores. Os entulhos e resíduos vegetais são coletas mediante solicitação do interessado.

O resíduo hospitalar não é coletado pelo serviço municipal, sendo o gerador responsável pelo mesmo, atendendo a RDC 306/2004 da ANVISA.

O resíduo de origem industrial e considerado potencialmente poluidor ainda são coletados pelo serviço municipal, apesar de também serem legalmente, responsabilidade do gerador.

A destinação final do lixo coletado é realizada no Lixão Municipal, no qual consta uma unidade de separação manual de resíduos recicláveis, administrada pela cooperativa, a qual faz a comercialização dos mesmos.

Na cidade existem três catadores (mesma família) de lixo. A renda mensal média obtida pelos catadores é um salário mínimo, considerando a quantidade coletada e os preços pagos pelos compradores de recicláveis. Na tabela a seguir, alguns números referentes a esses dados.



Descrição	Unidade	Quantidade
População urbana	Habitantes	2.263
Resíduos sólidos urbanos gerados	Toneladas/dia	1.300,00kg
Resíduos gerados por habitantes	Kg/hab/dia	0,574kg
População atendida com serviços de coletas	%	100,00
Coleta de resíduos vegetais	Kg/mês	3.000,00
Coleta de resíduos hospitalares	Kg/dia	4,100
Número total de habitantes	Pessoas	3.651
Número de catadores nas ruas	Pessoas	03
Número de catadores na unidade manual de separação	Pessoas	01
Número de funcionários nos serviços de limpeza	Funcionários	05

Tabela 1: Resíduo sólidos em números

4. RESÍDUOS SÓLIDOS E MEIO AMBIENTE

Resíduos sólidos e lixo são termos utilizados indistintamente por autores de publicações, mas na linguagem cotidiana o termo resíduo é muito pouco utilizado.

Na linguagem corrente, o termo lixo é usualmente utilizado para designar tudo aquilo que não tem mais utilidade, enquanto resíduo é mais utilizado para designar sobra (refugo) do beneficiamento de produtos industrializados.

De acordo com o dicionário da língua portuguesa, lixo é aquilo que se varre de casa, do jardim, da rua, e se joga fora. Coisas inúteis, velhas, sem valor. Resíduo é aquilo que resta de qualquer substância, resto (Ferreira, 1988).

As definições acima mostram a relatividade da característica inservível do lixo, pois para quem o descarta pode não ter mais serventia, mas, para outros, pode ser a matéria-prima de um novo produto ou processo. Por isso, a necessidade de se refletir o conceito clássico e desatualizado de lixo.



A Resolução CONAMA nº 005/1993 define resíduos sólidos como: *resíduos nos estados sólido e semi-sólido que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola e de serviços de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.*

De acordo com a definição supracitada, cabe salientar que, quando se fala em *resíduo sólido*, nem sempre se refere ao seu estado sólido.

De acordo com IPT/Cempre (2000), os resíduos sólidos podem ser classificados de várias formas: 1) por sua natureza física: seco ou molhado; 2) por sua composição química: matéria orgânica e matéria inorgânica; 3) pelos riscos potenciais ao meio ambiente; e 4) quanto à origem.

No entanto, as normas e resoluções existentes classificam os resíduos sólidos em função dos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde, como também, em função da natureza e origem.

Com relação aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública a NBR 10.004/2004 classifica os resíduos sólidos em duas classes: classe I e classe II.

Os resíduos classe I, denominados como perigosos, são aqueles que, em função de suas propriedades físicas, químicas ou biológicas, podem apresentar riscos à saúde e ao meio ambiente. São caracterizados por possuírem uma ou mais das seguintes propriedades: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

Os resíduos classe II denominados não perigosos são subdivididos em duas classes: classe II-A e classe II-B.

Os resíduos classe II-A - não inertes podem ter as seguintes propriedades: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.

Os resíduos classe II-B - inertes não apresentam nenhum de seus constituintes



solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, com exceção dos aspectos cor, turbidez, dureza e sabor.

Com relação a origem e natureza, os resíduos sólidos são classificados em: domiciliar, comercial, varrição e feiras livres, serviços de saúde, portos, aeroportos e terminais rodoviários e ferroviários, industriais, agrícolas e resíduos de construção civil.

Com relação à responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos pode-se agrupá-los em dois grandes grupos.

O primeiro grupo refere-se aos resíduos sólidos urbanos, compreendido pelos:

- resíduos domésticos ou residenciais;
- resíduos comerciais;
- resíduos públicos.

O segundo grupo, dos resíduos de fontes especiais, abrange:

- resíduos industriais;
- resíduos da construção civil;
- rejeitos radioativos;
- resíduos de portos, aeroportos e terminais rodoferroviários;
- resíduos agrícolas;
- resíduos de serviços de saúde.

Os quadros 01 e 02 apresentados a seguir mostram a classificação dos resíduos sólidos em função de sua origem, assim como, os principais componentes encontrados. São subdivididos em função da responsabilidade do gerenciamento.



Quadro 1; Classificação dos Resíduos Sólidos Urbanos

Resíduos Sólidos Urbanos		
Classificação	Origem	Componentes/Periculosidade
Doméstico ou residencial	Residência	- Orgânicos, restos de alimentos, jornais, revistas, embalagens vazias, frascos de vidros, papel e absorventes higiênicos, fraldas descartáveis, preservativos, curativos, embalagens contendo tintas, solventes, pigmentos, vernizes, pesticidas, óleos lubrificantes, fluidos de freios, medicamentos, pilhas, baterias, lâmpadas incandescentes e fluorescentes, etc
Comercial	Supermercados, bancos, bares, restaurantes, etc.	Os componentes variam de acordo com a atividade desenvolvida, mas, de modo geral, se assemelham qualitativamente aos resíduos domésticos
Público	Limpeza de vias públicas (inclui varrição e capina), praças, praias, galerias, córregos, terrenos baldios, animais.	Podas, resíduos difusos (descartados pela população), entulho, papéis, embalagens gerais, alimentos, cadáveres animais, etc.

Os resíduos perigosos (classe I/ABNT) são gerados principalmente nos processos produtivos, em unidades industriais e fontes específicas. No entanto, também estão presentes nos resíduos sólidos gerados principalmente nos domicílios e comércio.

Dentre os componentes perigosos presentes nos resíduos sólidos urbanos destacam-se os metais pesados e os biológicos - infectantes.

Quadro 2: Classificação dos Resíduos de Fontes Especiais

Resíduos de Fonte Especiais		
Classificação	Origem	Componentes/Periculosidade
Industrial	Indústria metalúrgicas, elétrica, química, de papel e celulose, têxtil, etc.	Composição dos resíduos varia de acordo com a atividade (ex: lodos, cinzas, borrachas, metais, vidros, fibras, cerâmicas etc). São classificados por meio das Normas ABNT 10.004/2004 em classe I (perigosos), classe II-A e classe II-B (não perigosos).



Construção civil	Construção, reformas, reparos, demolições, preparação e escavação de terrenos.	Resolução CONAMA 307/2002: A – reutilizáveis e recicláveis (solos, tijolos, telhas, placas de revestimento); B – recicláveis para outra destinação (plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras, etc.); C – não recicláveis; D – perigosos (amianto, tintas, solventes, óleos, resíduos contaminados, reformas de clínicas radiológicas e unidade industriais).
Radioativos	Serviço de saúde, instituições de pesquisa, laboratórios e usinas nucleares.	Resíduos contendo substâncias radioativas com atividade acima dos limites de eliminação.
Portos, aeroportos e terminais rodoviários.	Resíduos gerados em terminais de transporte, navios, aviões, ônibus e trens.	Resíduos com potencial de causar doenças – tráfego intenso de pessoas de várias regiões do país e do mundo. Cargas contaminadas – animais, plantas, carnes.
Agrícola	Gerado na área rural, agricultura.	Resíduos perigosos – contêm restos de embalagens impregnadas com fertilizantes, químicos, pesticidas.
Saúde	Qualquer atividade de natureza médico-assistencial humana ou animal – clínicas odontológicas, veterinárias, farmácias, centros de pesquisa, farmacologia e saúde, medicamentos vencidos, necrotérios, funerárias, medicina legal e barreiras sanitárias.	



Metal pesado é um termo coletivo para um grupo de metais e metalóides que apresenta densidade atômica maior que 6 g/cm³. No entanto, atualmente é utilizado para designar alguns elementos (Cd, Cr, Cu, Hg, Ni, Pb e Zn) que estão associados aos problemas de poluição e toxicidade. Teoricamente estes elementos pertencem aos metais traços, no entanto, esta nomenclatura é pouco utilizada quando se refere à poluição ambiental.

Os metais pesados são utilizados nas indústrias eletrônicas, maquinários e outros utensílios da vida cotidiana. Sua ocorrência nos resíduos está correlacionada às principais fontes, como baterias (inclusive de telefones celulares), pilhas e equipamentos eletrônicos em geral (Pb, Sb, Zn, Cd, Ni, Hg), pigmentos e tintas (Pb, Cr, As, Se, Mo, Cd, Ba, Zn, Co e Ti), papel (Pb, Cd, Zn, Cr, Ba), lâmpadas fluorescentes (Hg), remédios (As, BI, Sb, Se, Ba, Ta, Li, Pt), dentre outros.

Como componentes biológicos presentes nos resíduos urbanos, destacam-se: *Escherichia coli*, *Klebsiella sp.*, *Enterobacter sp.*, *Proteus sp.*, *Staphylococcus sp.*, *Enterococcus*, *Pseudomonas sp.*, *Bacillus sp.*, *Candida sp.*, que pertencem à microbiota normal humana.

O quadro 03 a seguir mostra os componentes presentes nos resíduos sólidos urbanos e seus principais elementos químicos que, quando descartados inadequadamente, apresentam potenciais de contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas que conseqüentemente afetam a flora e a fauna das regiões próximas, podendo atingir o homem por meio da cadeia alimentar.

O contato dos agentes existentes nos resíduos sólidos ocorre principalmente através de vias respiratórias, digestivas e pela absorção cutânea e mucosa.

Pelas vias respiratórias ocorre mediante a inalação de partículas em suspensão durante a manipulação dos resíduos. Pela via digestiva, pela ingestão de água poluída, vegetais, peixes, frutos do mar e outros alimentos contaminados.

As atividades capazes de proporcionar dano, doença ou morte para os seres vivos são caracterizadas como atividades de risco.

O risco ambiental, de acordo com Schneider, é aquele que ocorre no meio



ambiente e pode ser classificado de acordo com o tipo de atividade; exposição instantânea, crônica; probabilidade de ocorrência; severidade; reversibilidade; visibilidade; duração e ubiquidade de seus defeitos.

Quadro 3: Componentes industriais potencialmente perigosos presentes nos resíduos sólidos urbanos

Componentes industriais potencialmente perigosos presentes nos resíduos sólidos urbanos	
Resíduo	Componentes químicos
Pilhas e baterias	Liberam metais pesados (mercúrio, cádmio, chumbo e zinco)
Lâmpadas fluorescentes	As lâmpadas contêm mercúrio. Quando o vidro é quebrado, o mercúrio é liberado na forma de vapor para a atmosfera e, sob ação da chuva, precipita-se no solo, em concentrações acima dos padrões naturais.
Componentes eletrônicos de alta tecnologia (chips, fibra ótica, semicondutores, tubos de raios catódicos, baterias)	Componentes podem liberar arsênio e berilo, chumbo, mercúrio e cádmio.
Embalagens de agrotóxicos	Os pesticidas (inseticida, fumigantes, rodenticidas, herbicidas e fungicidas.)
Resíduos de tintas, pigmentos e solventes.	Restos de tintas ou pigmentos, à base de chumbo, mercúrio, ou cádmio, e solventes orgânicos.
Frascos pressurizados	Quando o frasco é rompido, os produtos tóxicos ou cancerígenos são liberados, podendo poluir a água ou dissipar-se na atmosfera.

4.1 Sistema de Limpeza Urbana no Brasil

O sistema de limpeza urbana dos municípios é composto pelos serviços de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Incluem os serviços de varrição e capina das ruas, desobstrução de bueiros, poda de árvores, lavagem de ruas após feiras livres e demais atividades necessárias à manutenção da cidade, sob o aspecto de limpeza e organização.

Os serviços de limpeza urbana requerem, além de estrutura técnico-organizacional adequada, elevados investimentos financeiros. De modo geral, os municípios brasileiros, em razão de limitações financeiras e falta de pessoal qualificado e capacitado, têm enfrentado grandes dificuldades na organização e operação desses



serviços.

De modo geral, a dificuldade enfrentada pelo Poder Público vem sendo resolvida de maneira paliativa, com exceção de alguns municípios que já se encontram estruturados técnica e operacionalmente. Faltam planejamentos de médio e longo prazo, aperfeiçoamento de instrumentos institucionais - legais e estratégias para mudar o atual quadro. Prevaecem as soluções imediatistas e ações pontuais, quase sempre fundamentadas na transferência da disposição final dos resíduos para as porções periféricas dos municípios, não obedecendo a normas e legislações específicas, com predomínio de depósitos de resíduos a céu aberto que contribuem para a deterioração ambiental e da saúde.

A coleta de resíduos sólidos no país é ineficiente e irregular, sendo que parte do volume gerado permanece junto às habitações, principalmente as de baixa renda, em terrenos baldios, cavidades erosivas, encostas de morros, logradouros públicos e nas drenagens.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB 2000, do IBGE, do total de domicílios urbanos (que representam 78,1% do total demoradas brasileiras) o serviço de coleta é realizado em 80% e, portanto, 20% dos domicílios não contam com este serviço.

Com relação às regiões brasileiras, o Sul e Sudeste mostram maior cobertura de atendimento de seus domicílios, com 87,7% e 86,6%, respectivamente. A região Norte apresenta cobertura de 54,4% e Nordeste, apenas 44,6%.

Os serviços de varrição, capina e limpeza dos logradouros também são deficientes na maioria das cidades brasileiras.

Com relação à disposição final de resíduos sólidos no solo, ressalta-se que a nomenclatura usualmente utilizada para as diversas formas de disposição muitas vezes não corresponde às suas verdadeiras classificações. É muito comum a municipalidade se referir aos seus locais de disposição de resíduos como aterros sanitários, sendo que, na maioria das vezes, esta designação não condiz com a realidade.

No Brasil, as formas de disposição final são usualmente designadas como lixão



ou vazadouro a céu aberto, aterros controlados e aterros sanitários. Lixão ou vazadouro a céu aberto é a denominação atribuída à disposição de resíduos de forma descontrolada sobre o substrato rochoso ou solo. O termo vazadouro é regional.

Não há critérios técnicos para a escolha e operação dessas áreas. Os resíduos são depositados diretamente sobre o solo, podendo ocasionar contaminação do solo, das águas subterrâneas e superficiais através do líquido percolado e dos próprios resíduos. Esta forma de disposição favorece a ocorrência de moscas, ratos e baratas, que são vetores de inúmeras doenças, além da atração de abutres (urubus, carcarás etc.).

A ausência de controle e a falta de fechamento permitem o livre acesso, sendo comum a presença de animais (porcos, galinhas, cabras, vacas, cavalos etc.), crianças e adultos que utilizam restos de alimentos para consumo. A falta de controle favorece o lançamento de resíduos de serviços de saúde e indústrias nestas áreas.

Geralmente há coleta espontânea de materiais recicláveis (embalagens em geral) para comercialização. De acordo com a PNSB 2000, existem no país cerca de 23.340 catadores em lixões, dos quais 23% têm menos de 14 anos de idade. Somente na região Nordeste concentra-se 49% das crianças, 60% do total em municípios com menos de 25 mil habitantes.

O aterro controlado, conforme definido pela NBR 8.849/1985, *é a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza técnica de recobrimento dos resíduos com uma camada de material inerte na conclusão de cada jornada de trabalho.*

Segundo Nascimento, geralmente, o que ocorre na prática, é que o aterro controlado não é nada mais do que um lixão "maquiado", pois há cobertura dos resíduos, mas nem sempre com a mesma frequência. Apresenta praticamente os mesmos problemas ambientais que os lixões. Não existem barreiras naturais e/ou artificiais para os contaminantes não atingirem as águas superficiais e subterrâneas, e nem estruturas para captação de gases. O controle da entrada de animais, catadores e dos resíduos lançados geralmente é precário. (Nascimento, 2001).



Atualmente, a filosofia dominante em termos de projeto e implantação de aterros é a adoção de múltiplas barreiras à liberação de poluentes ao meio ambiente, por meio da associação de barreiras naturalmente disponíveis (profundidade da água subterrânea, espessura e composição do solo etc.) e aquelas criadas pelo homem (construção de camadas impermeabilizantes e sistemas de coleta e tratamento de líquidos percolados), implementadas por meio de aterros sanitários.

Aterro sanitário, conforme define a NBR 8.419/1984, é a técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se necessário. O projeto deve ser elaborado para a implantação de um aterro sanitário que deve contemplar todas as instalações fundamentais ao bom funcionamento e ao necessário controle sanitário e ambiental durante o período de operação e fechamento do aterro.

Os resultados obtidos na PNSB 2000 mostram a predominância da prática de disposição final de resíduos sólidos em lixões, em cerca de 60% dos municípios, onde 0,5% destes estão concentrados em áreas alagadas. Em segundo lugar vem o aterro controlado (16,8%) e, por último, os aterros sanitários que equivalem a 12,6%. A maior incidência de lixões está em municípios de pequeno porte.

Com relação à destinação, somente 3,9% dos municípios contam com usinas de compostagem e 2,8% com usinas de reciclagem.

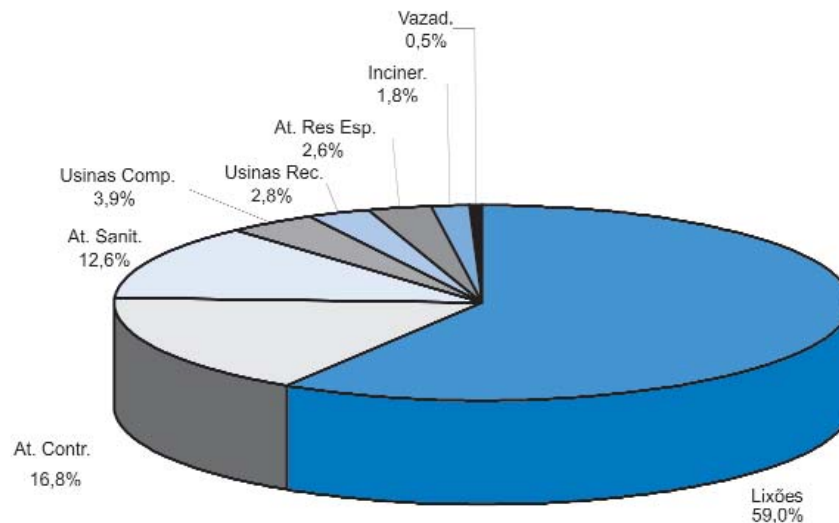


Ilustração 1: Destinação dos resíduos em 2000

5. ORGANIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO

No município de Jundiá do Sul, a prioridade está somente na coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos. A ênfase que se pretende dar nessa proposta é priorizar a etapa de geração dos resíduos, com vistas a diminuir as quantidades produzidas na fonte, promover o tratamento dos resíduos industriais, através da responsabilidade de seus geradores, otimizar a quantidade de resíduos que podem ser reaproveitadas e devolvidas à cadeia produtiva e conseqüentemente, enviar para a disposição final somente os resíduos que não podem ser reaproveitados.

A proposta de diretrizes para a gestão de resíduos sólidos urbanos foi formulada a partir da reunião de fatores administrativos, jurídicos, sociais, educacionais e operacionais. A figura 02 mostra as proposta de gestão de resíduos sólidos urbanos.

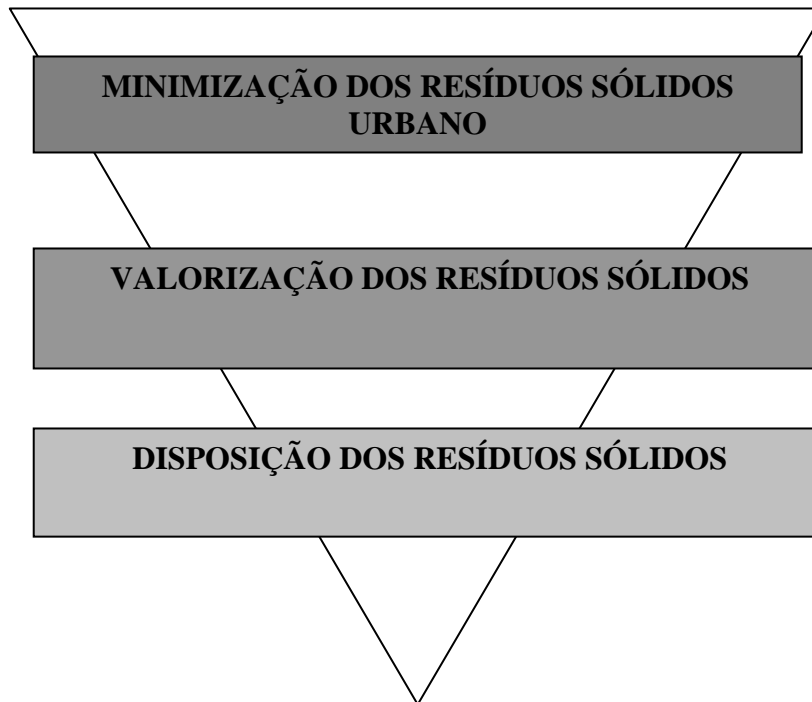


Ilustração 2: Proposta de políticas

A proposta se embasou nas políticas de minimização dos resíduos, isto é, na diminuição de sua geração, na sua valorização através da recuperação e, como resultado, a destinação para o aterro sanitário somente o resíduo que não pode ser reaproveitado.

A proposta formulada não traz o detalhamento operacional, mas sim diretrizes gerais para equacionar os problemas de resíduos sólidos urbanos no município. Da mesma forma não tem a pretensão de resolver em definitivo os problemas de gestão dos resíduos sólidos urbanos, porém ser uma contribuição para os gestores municipais fazerem uma análise comparativa da proposta, em base teórica, com a realidade do município.

Vários são os fatores que interferem na gestão dos resíduos sólidos urbanos, desde a etapa de geração até a destinação final. Alguns destes são comuns a vários países, estados ou municípios, como por exemplo, o crescente aumento do volume de resíduos produzidos



nos centros urbanos. Outros dizem respeito, principalmente, a países que enfrentam desequilíbrios sociais, como é o caso da presença de catadores em “lixões” ou nas ruas.

Desse modo procurou-se identificar fatores que influenciam a gestão dos resíduos sólidos relacionados com a realidade do município de Jundiaí do Sul, bem como proposto instrumentos de intervenção, como ferramentas ou ações visando obter um controle mínimo dos fatores em cada etapa do processo de gestão.

O plano de Gerenciamento Integrado dos RSU de Jundiaí do Sul compreenderá como prioridades:

- a) Melhorar o serviço de limpeza urbana existente;
- b) Reduzir significativamente a geração dos RSU (buscando implantar em médio prazo um sistema de coleta seletiva dos materiais com vistas a diminuir os problemas oriundos do lixo);
- c) Dar sobrevida ao lixão à céu aberto
- d) Buscar alternativas para a implantação de um aterro sanitário;
- e) Permitir a geração de emprego e renda, através da reciclagem e compostagem dos constituintes do lixo de Jundiaí do Sul.

5.1 Diagnóstico do Atual Sistema de Limpeza Urbana de Jundiaí do Sul

As informações a seguir são fundamentadas no questionário elaborado pelo Proresíduos, e informações fornecidas pelo órgão competente do Município em 2008.

5.1.1 Caracterização do Município

Para caracterização do município foram realizadas pesquisas junto a documentos, projetos e trabalhos já concretizados. Através de uma caracterização sintética dos aspectos físicos ambientais, socioeconômicos, estrutura urbana e infra-estrutura em nível regional.

O Município de Jundiaí do Sul localiza-se na região norte do Estado do Paraná, integrando com outros 27 municípios a micro-região da AMUNORPI – Estado do Paraná,



onde a população total dos municípios é de aproximadamente 365 mil habitantes, com 251 mil eleitores.

Os 27 municípios, que ocupam uma área de 11.656,658 Km² no estado do Paraná (Figura 03), são: Abatiá, Andirá, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Jacarezinho, Jaguariaíva, Japira, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ibaiti, Salto do Itararé, Santo Antonio da Platina, São José da Boa Vista, Jundiá do Sul, Sengés, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

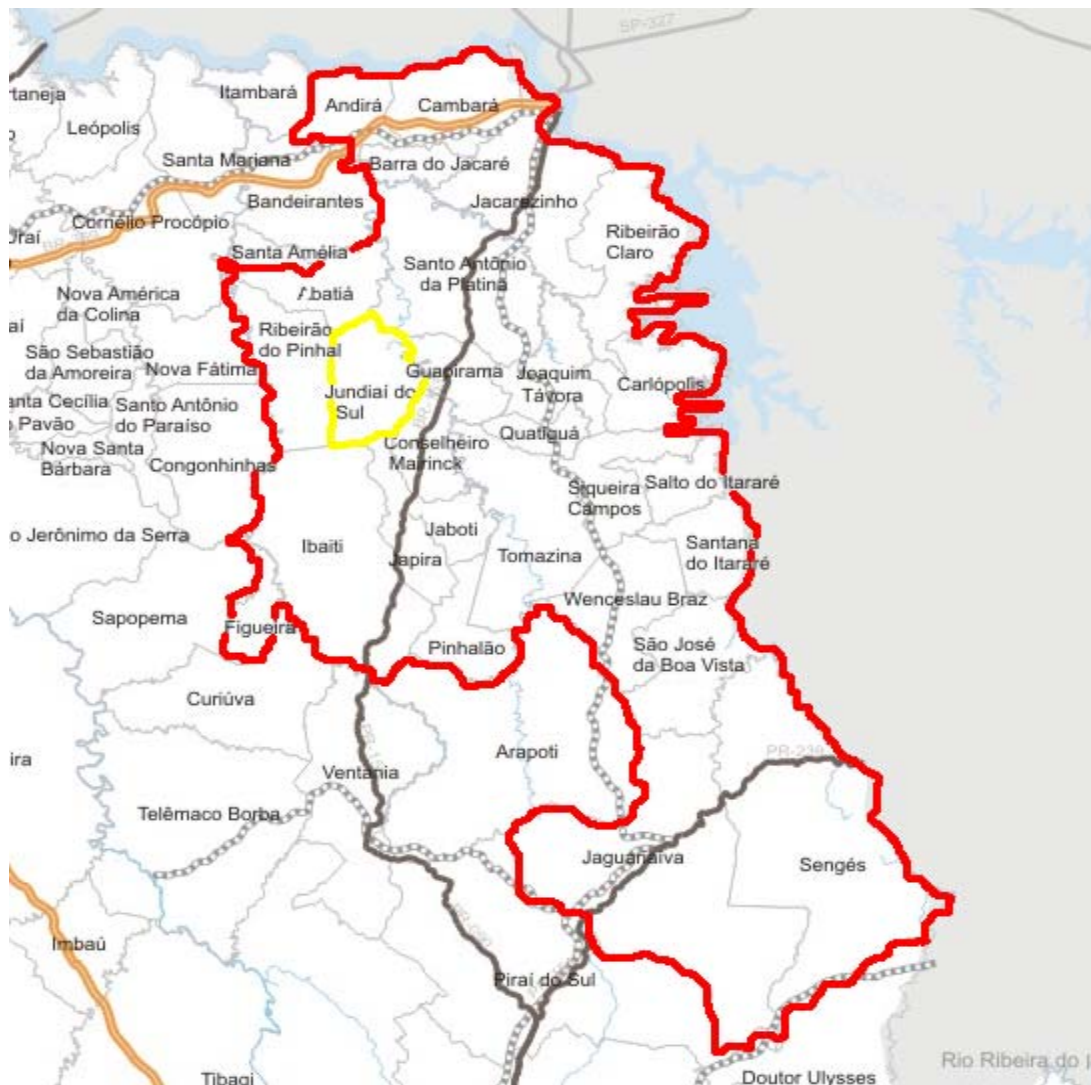


Ilustração 3: Localização no Estado



Jundiaí do Sul está a 343 km de Curitiba. O Município possui uma área total de 251 Km² e, de acordo com os dados do último Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000, a população total de Jundiaí do Sul era de 3.651 habitantes, dos quais 51,98 % residiam em áreas urbanas.

Há na região as seguintes categorias básicas de vegetação: matas naturais, não exploradas em encostas e fundos de vales, com árvores de porte médio e alto (floresta estacional semidecidual); matas de galeria, em estreitas faixas ao longo dos rios riachos e córregos; matas artificiais, geralmente matas de eucalipto e pinus; campos naturais em zonas de relevo ondulado/forte ondulado, com vegetação de gramíneas; pastos e terras utilizadas como cultura (Figura 04). A rede de drenagem do município de Jundiaí do Sul é a Bacia do Rio das Cinzas (Figura 05)

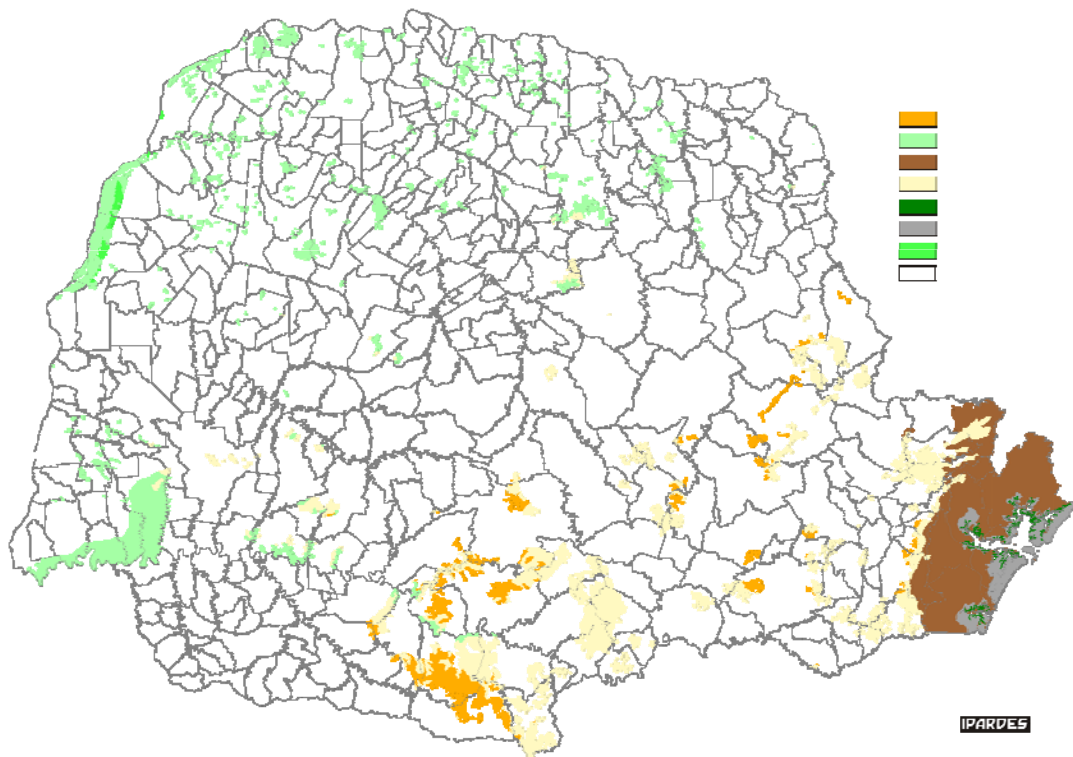


Ilustração 4: Cobertura Vegetal atual no estado do Paraná.

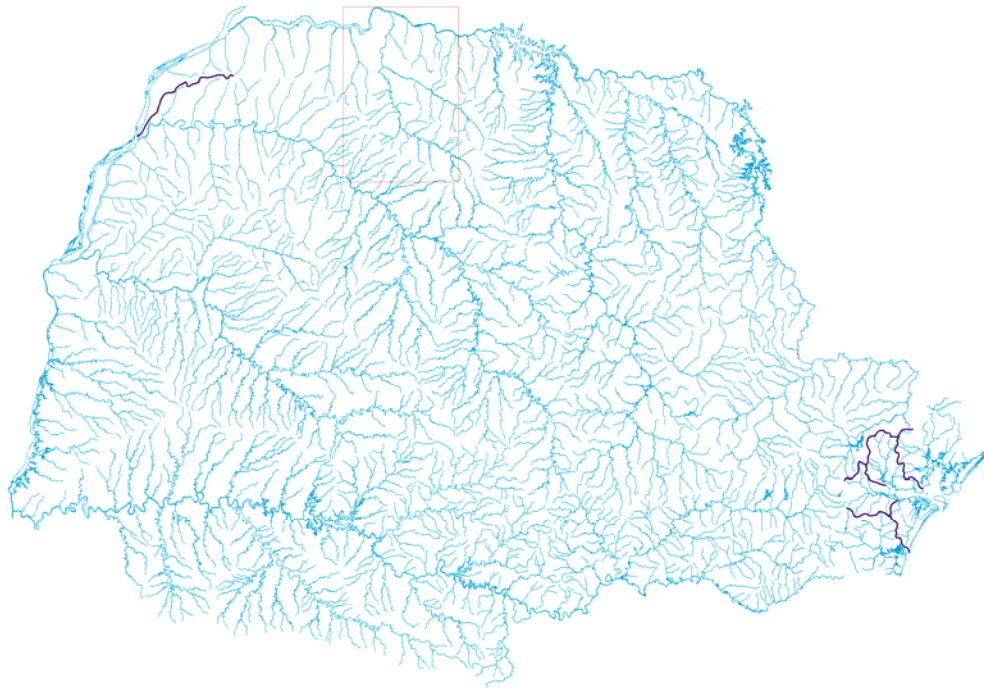


Ilustração 5: Bacia de drenagem do Rio das Cinzas

Definição do painel sócio-econômico de Jundiáí do Sul trata-se de diferentes Fatores sociais, compondo novas relações sócio-político-econômico-ambientais. Pela retração nos empregos, quer pela necessidade de diversificação das fontes geradoras de emprego e renda, a comunidade vem buscando alternativas para seu futuro.

Outras atividades importantes e praticadas em Jundiáí do Sul: agropecuária, que por sua vez apresenta alguns impactos ambientais negativos, como por exemplo, no caso da inadequada disposição dos dejetos da suinocultura, erosão e a degradação dos solos pelas pastagens; silvicultura; apicultura, que vem mostrando potencial de expansão.

Como é comum acontecer em cidades de porte e perfil semelhantes ao de Jundiáí do Sul, o setor industrial da localidade se mostra pouco desenvolvido. As principais atividades industriais são do ramo têxtil e fabricação de produtos alimentícios. Em geral, o comércio Jundiáí do Sul segue o perfil tradicional, com predomínio dos ramos varejistas.



5.1.2 Caracterização dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de Jundiaí do Sul

Os trabalhos referentes à caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos sólidos domésticos e comerciais de Jundiaí do Sul estão fundamentados na bibliografia especializada sobre o assunto, em argumentos técnicos e em estudos semelhantes realizados em outros municípios, questionários aplicados aos responsáveis pelos serviço de coleta de resíduos e visitas técnicas no município. O período das atividades de caracterização gravimétrica dos RSU compreende de junho a agosto de 2008.

O objetivo do trabalho é a obtenção dos percentuais da composição dos diferentes constituintes dos RSU (matéria orgânica, materiais recicláveis e rejeitos) e de se estimar a contribuição da população local na geração dos resíduos sólidos municipais na relação kg/dia.

Sabendo teoricamente que tais resultados normalmente guardam relações diretas com os níveis de renda da população local, procurou-se efetuar o trabalho de classificação dos resíduos urbanos utilizando as três diferentes rotas de coleta definidas pelo serviço de limpeza urbana local, tendo em vista considerar que “essa opção” determinaria uma amostragem considerada significativa dos resíduos gerados pela população local, já que cada uma das rotas operadas pelo sistema municipal de coleta de resíduos abrange diferentes bairros da sede urbana de Jundiaí do Sul. Dessa forma, o diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos desconsiderou alguns fatores, como por exemplo, a classe social, os costumes e o poder aquisitivo dos habitantes dos diferentes bairros da sede do município. É de se salientar, porém, levando em consideração estudos específicos, que o que difere mesmo na geração de resíduos domésticos é o nível socioeconômico da população e principalmente o porte populacional do município.

Diante disso, considera-se que a metodologia adotada (principalmente determinada por aspectos operacionais da limpeza urbana local) não trouxe prejuízos à caracterização dos resíduos sólidos domiciliares de Jundiaí do Sul tendo em vista que as rotas de coleta, como já apresentado, envolvem vários bairros com diferentes características socioeconômicas e estruturais.



5.1.2.1 Desenvolvimento das Atividades de Caracterização dos RSU

A caracterização qualitativa dos resíduos sólidos domiciliares constituiu-se na tradicional determinação dos materiais presentes no lixo e do percentual em peso que os mesmos ocorrem em relação ao total produzido. Refere-se às porcentagens das várias frações normalmente presentes no lixo doméstico de uma cidade, tais como papel, papelão, plástico mole, plástico duro, PET, metal ferroso/alumínio, vidro, matéria orgânica e outros constituintes.

Uma das expectativas da caracterização dos materiais presentes nos RSU é a possibilidade de verificar quais materiais entram na constituição do lixo gerado e em que percentual ocorrem, permitindo, então, inferir sobre a viabilidade da implantação da coleta diferenciada dos materiais recicláveis, bem como, poder definir as dimensões das instalações necessárias, a equipe de trabalho e os equipamentos envolvidos, além de estimar outros fatores relacionados com a implantação de um possível sistema de coleta diferenciada de materiais.

Outra vantagem deste estudo é o fornecimento de dados que servem de base para a implantação de um sistema de compostagem, que é um processo de aproveitamento da matéria orgânica descartada nos resíduos domiciliares.

Na fase inicial da caracterização dos resíduos domiciliares foram estudadas as condições da zona urbana e do sistema de operação da coleta de lixo urbano executada pela prefeitura municipal, visando desenhar uma metodologia que se adequasse à situação local. Além disso, foram pesquisados dados referentes ao sistema de limpeza pública, tais como número de setores de coleta, frequência de coleta, características socioeconômica dos setores/bairros de coleta e quantidade de resíduos gerada. Aspectos de sazonalidade e climáticos, bem como influências regionais e temporais (como interferência de épocas e de maior turismo) não foram considerados nesse estudo, apesar de teoricamente serem particularidades que podem interferir na qualidade/quantidade dos resíduos gerados por um município. Apesar do apelo turístico que tem, e mesmo sendo pouco estudado, o fato é que em Jundiá do Sul, efetivamente se desenvolve um turismo considerado “*de um dia*”, onde



o visitante permanece por poucas horas diárias nos seus domínios, influenciando pouco na geração de RSU. Apenas em algumas datas é que há um pico de visitantes, porém, considerando a média anual, observa-se que essa disparidade pontual de geração de resíduos em poucos dias não interfere significativamente na média anual de produção de RSU.

Por se considerar tarefa onerosa, uma análise dos resíduos gerados bairro a bairro deixou de ser executada e achou-se por bem, após discussão entre os executores do presente trabalho e técnicos da prefeitura envolvidos com o serviço de limpeza urbana, manter a logística adotada pela prefeitura na coleta do lixo local, facilitando, assim, a execução dos trabalhos referentes à coleta de amostras para a caracterização gravimétrica dos RSU.

Não se incluem, no presente trabalho de caracterização, os resíduos provenientes da varrição e capina de vias públicas. Assim, essa tarefa foca-se exclusivamente na caracterização dos resíduos sólidos domésticos e do comércio local.

5.1.2.2 Aspectos Operacionais Preliminares à Caracterização dos RSU

Para a seleção da metodologia de análise dos resíduos constituintes do lixo domiciliar, é necessária a adoção de critérios que, dentre outros aspectos, compatibilizem o rigor científico com as condições operacionais dos serviços executados na cidade. No caso de Jundiá do Sul, as condições operacionais da coleta foram especialmente determinantes na definição das atividades do processo de caracterização dos materiais presentes nos resíduos sólidos gerados. As características da rota do serviço de coleta foram informadas pelos funcionários da prefeitura e confirmadas em visita de campo.



5.1.2.3 A obtenção dos Dados para Amostragem dos RSU

Os dados referentes aqui foram obtidos através de questionário junto ao órgão responsável na Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul, acompanhamento da rota de coleta de resíduos, entrevista com os coletores, funcionários e população

5.1.2.4 Ocorrências Relevantes Durante os Trabalhos de Caracterização dos RSU

I. A constatação feita é a freqüente doação a alguns catadores de rua, por parte de alguns comerciantes, de parte do material reciclável produzido nos estabelecimentos fazendo com que estes materiais não cheguem ao sistema de coleta municipal. Considera-se outro fator de “interferência” na caracterização dos RSU.

II. Durante a triagem, normalmente são encontrados materiais atípicos bastante diversos como animais mortos, baterias, lâmpadas fluorescentes, parte de eletrodomésticos, sombrinhas, pares de sapato, roupas, sofás, geladeiras velhas e alguns outros materiais que no presente estudo foram classificados como rejeitos.

III. Foi encontrado muito material de oficinas mecânicas, postos de combustível, rampas de lavagens, mercados, entres outros materiais oriundos do comércio e industria e prestadores de serviço, como limpa fossas,

5.1.2.5. Resultados e Conclusões da Caracterização dos RSU

De acordo com os trabalhos desenvolvidos, a Tabela 02 a seguir, apresenta a composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos domésticos e comerciais de Jundiá do Sul.

O potencial de geração de materiais recicláveis, por rota de serviço de coleta, apresenta os valores conforme a tabela 03.



TIPO DE RESÍDUO	MÉDIA (%)	QUANT	QUANTIDADE DE RECICLÁVEIS (t)		
		(t)	QUANT/DD	QUANT/MM	QUANT/AA
Papel	2,91%	0,137	0,137	4,11	49,32
Papelão	2,89%	0,130	0,130	3,90	46,80
Plástico duro	3,59%	0,17	0,17	5,10	61,20
Plástico mole	5,29%	0,24	0,24	7,20	86,40
Mat. ferrosos	1,37%	0,06	0,06	1,80	21,60
Alumínio	0,38%	0,01	0,01	0,30	3,60
Vidro	1,97%	0,09	0,09	2,70	32,40
Tetra pack	0,99%	0,04	0,04	1,20	14,40
Mat. orgânico	62,04%	2,93			
Rejeito	18,57%	0,88			
TOTAL	100%	4,72	0,34	10,20	122,40
INDUSTRIAL	M³/dia	QUANT/DIA(t)			
Todos os tipos	1,45	0,41			
SAÚDE	0,10	0,004			
VARRIÇÃO	0,19	0,15			
ENTULHO	2,67	3,12			

Tabela 2: Dados sobre a composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos de Jundiá do Sul, levando em consideração os valores médios obtidos para as três rotas de coleta de resíduos para o período de janeiro a março de 2008.

Potencial de Geração de Materiais por Rota de Coleta	de Materiais Recicláveis	de Matéria Orgânica	de Rejeitos	de Podas
Rota 01	17,75%	59,15%	25,32%	2,78%
Rota centro	15,12%	53,16%	30,72%	1,00%
Rota 02	16,62%	65,14%	18,06%	10,19%

Tabela 3: Valores referentes ao potencial de geração de materiais recicláveis, matéria orgânica, rejeitos (resíduos classe I e II) e podas por rota.

Comparando os dados do potencial de geração entre as rotas, observa-se que a quantidade de materiais recicláveis nas rotas centro é menor. Considera-se que estes valores sejam, provavelmente, resultantes da presença e ação voluntária de catadores de recicláveis.

A presença dos catadores autônomos foi observada durante os serviços de caracterização e confirmada por meio de entrevistas com alguns comerciantes que



declararam doar parte dos recicláveis, a esses catadores, antes mesmo de colocar os resíduos na rua para a serem coletados.

Os altos valores encontrados para restos de poda e resíduos da jardinagem na rota 02 foram “coincidentemente” elevados nas duas caracterizações realizadas, mas, segundo os funcionários de limpeza da prefeitura que contribuíram para a elaboração do presente trabalho, é comum os moradores deste bairro destinarem parcelas de poda junto do lixo convencional.

Levando-se em conta a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, publicada em 2000, municípios com população de até 200.000 habitantes, têm uma produção *per capita* de lixo doméstico que fica entre 450 e 700 gramas/dia. Tomando-se que a população de Jundiaí do Sul é, de acordo com os dados do último Censo Demográfico do IBGE (2000), de 5.377 habitantes e que 62,89 % residiam em áreas urbanas, é de se supor que sejam geradas aproximadamente 3 toneladas de lixo doméstico diariamente. Assim, diante dos dados da caracterização dos RSU aqui obtidos, percebe-se que aproximadamente 0,866 toneladas diárias de materiais presentes no lixo de Jundiaí do Sul teriam possibilidade de reciclagem.

Apesar de não haver estudos que indiquem com clareza com quais valores devam ser implantados sistemas de coleta seletiva de resíduos, os valores obtidos para Jundiaí do Sul parecem incentivar economicamente a implantação de sistemas com esse fim. Entretanto, vale lembrar os benefícios da reciclagem de resíduos em permitir uma sobrevida ao aterro sanitário e a possibilidade de se permitir a geração de renda para aqueles que ficam na coleta voluntária de materiais recicláveis pelas ruas da cidade. Cabe afirmar, porém, que sistemas com esses propósitos (a coleta seletiva) dificilmente consegue envolver todos os moradores de uma localidade logo no “seu lançamento” e que a participação da população vai aumentando à medida que ela percebe os benefícios sociais que o sistema trás, principalmente, no campo social. Infelizmente não há casos no Brasil onde programas com esses propósitos abrangem cem por cento da população de um município.



Apenas para efeito de curiosidade e comparação, são apresentados os dados obtidos para Jundiaí do Sul, em 2008, com os de Grandes Rios (cidade, de semelhante porte e estrutura), obtidos em 2007. É de se constatar que cada uma das cidades tem suas particularidades no que se refere à geração de resíduos considerados recicláveis.

A partir dos resultados apresentados pelos trabalhos de caracterização dos RSU, podem ser apontadas algumas conclusões a respeito:

- A matéria orgânica, como normalmente se verifica no lixo doméstico brasileiro, representa a maior parcela dos resíduos sólidos domiciliares de Jundiaí do Sul, está na faixa de 62%.
- O potencial de recicláveis do lixo de Jundiaí do Sul está na faixa de 19%.
- Diante dos dados da caracterização dos RSU percebe-se que aproximadamente 0,896 toneladas diárias de materiais presentes no lixo de Jundiaí do Sul teriam possibilidade de reciclagem.
- É alto o valor de rejeitos no lixo de Jundiaí do Sul, ficando o mesmo na faixa de 18,57%.

5.1.3 Aspectos Legais relacionados aos RSU

Além de levantamentos sobre o serviço de limpeza urbana, também foram realizadas a verificação e análise das disposições legais existentes, que resultaram no texto a seguir.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, incisos III, IV, VI e VII, confere aos municípios a competência para a proteção ambiental, em comum com a União e os estados. Porém, o fato de todo o município ser integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, criado pela Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, é ignorado pela grande maioria dos administradores municipais. De acordo com esta lei, os órgãos ou entidades municipais são responsáveis pela proteção da qualidade ambiental no meio em que estão inseridos.



Na minuta Lei Ambiental de Jundiaí do Sul, encaminhada ao poder executivo, dispõe sobre a política de proteção, conservação e controle do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida no município de Jundiaí do Sul e dá outras providências. Esta minuta de lei estabelece as competências e outras atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental – CODEMA, que é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Municipal de Meio Ambiente. A documentação de funcionamento do CODEMA, a minuta de lei instituiu e com as atas das reuniões, mais a criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente será importante para o repasse dos recursos financeiros.

No âmbito tributário, o Código de Jundiaí do Sul, atualmente em vigor é o instrumento legal por meio do qual são estabelecidas as taxas do serviço de limpeza urbana (coleta de lixo, limpeza pública, remoção de entulhos e conservação de vias públicas). A cobrança é feita através do IPTU, que juntamente com outras taxas (ISSQN, ITBI e outras) representa uma boa porcentagem na arrecadação tributária do município.

5.1.4 Estrutura Operacional

Foi constatado que, em Jundiaí do Sul, todo o lixo coletado pelo serviço de limpeza é levado para lixão, não havendo separação da coleta entre o lixo domiciliar, industrial e o comercial. A coleta é diferenciada apenas para os resíduos sólidos dos serviços de saúde (RSSS).

Também se constatou que o chamado “cata entulho” proveniente da construção e as galhadas são depositadas no mesmo espaço do lixão, as galhadas são queimadas para diminuir o volume. O município executa o serviço de limpa fossa, e este tipo de resíduo é depositado no mesmo local do lixo, observou-se à presença de urubus no local.

As primeiras atividades realizadas com o objetivo de se conhecer o atual sistema de limpeza urbana, foram as visitas ao aterro aonde vêm sendo despejados os resíduos sólidos urbanos da cidade. As fotos 2,3 e 4, a seguir, ilustram as três áreas relacionadas.



Foto 2: Vista parcial do lixão – Julho/2008



Foto 3: Vista parcial da área de recebimento de entulho e galhada – Julho/2008



Foto 4: vista parcial da área de recebimento para recicláveis – Julho/2008

5.1.5 Serviços de coleta dos resíduos sólidos urbanos

Em 2007, a frota da PM de Jundiáí do Sul, utilizada para os serviços de coleta e transportes dos RSU, era composta de 01 trator Massey Ferguson 275 (foto 5), em bom estado de conservação e 01 caminhão Agrale 7000 DX ano 97 com carroceria (foto 6), em bom estado de conservação.

De um modo geral, apesar do caminhão usado na coleta dos RSU em Jundiáí do Sul apresentarem boa capacidade de armazenamento, existiam algumas falhas operacionais com relação ao acesso a ruas e, a questão de preferenciais, mão dupla entre outras questões ligadas ao trânsito da cidade e da equipe de trabalho.



Foto 5: trator utilizado para coleta de resíduos e serviço de limpa fossa – Julho/2008



Foto 6: carreta utilizada para coleta de resíduos – Julho/2008

5.1.5.1 Horários de coleta

O horário de coleta obedece ao horário comercial. Para o caminhão e o trator há 03 ajudantes que recolhem o lixo. Salienta-se que quando o serviço é feito com equipamento inadequado (carreta coletora caçamba), a tarefa dos garis não é ergonomicamente adequada, tendo muitas vezes que desenvolver o serviço como se fosse de “levantamento de peso em movimento”.



5.1.5.2 Levantamento dos serviços de coleta especial

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Vigilância Epidemiológica, têm realizado um trabalho de levantamento da geração e volume dos resíduos hospitalares (RSS) oriundos de estabelecimentos públicos e privados, bem como um plano de ação para a elaboração do Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde – PGRSS. Entretanto, aqui estão contemplados os dados obtidos quando da época da realização do diagnóstico dos serviços de limpeza urbana para o Município de Jundiáí do Sul e, que segundo o que foi constatado, ainda estão em vigor.

O lixo hospitalar é coletado pela empresa ELETRO-MEDIC COM DE EQUIP ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ N° 06.183.150/0001-64 que atua sob o nome de fantasia de MEDIC-TEC localizada na cidade de Siqueira Campos, (empresa coletora de Resíduos dos Serviços de Saúde), a qual efetua a coleta e realiza o tratamento e a destinação final.

Com relação aos destinos dos entulhos e restos de construção civil, são enviados para mesma área que se localiza o lixão do município, todo o serviço de “cata entulho” é executado pela prefeitura municipal.

5.1.5.3. Limpeza de vias públicas, praças e jardins.

O serviço de varrição era executado por funcionários fixas trabalhando em horário normal (turno de 08 horas), de segunda a sexta-feira.

Quanto às lixeiras públicas, constata-se que atualmente não existe lixeiras em nenhum ponto da cidade.

5.1.5.4. Capina, limpeza de córregos e terrenos desocupados.

Quanto aos serviços de capina, segundo o chefe de Serviço de Limpeza, é realizada a capina manual. Estes serviços são realizados conforme planejamento



estabelecido e/ou devido às necessidades de momento, como por exemplo, festividades, o mesmo sendo aplicado para o serviço de limpeza de córregos.

O responsável não soube informar da frequência e abrangência dos serviços realizados. Apesar de existir um planejamento, esses não são executados com uma frequência definida. Não foi informado, por exemplo, da existência de programas do tipo “mutirão” de limpeza de materiais volumosos, e de terrenos e áreas baldias. Tais iniciativas teriam como objetivo desobstruir quintais, eliminar focos de proliferação de agentes transmissores de doenças (dengue), coletar grandes volumes de entulhos, pneus usados, bagulhos, etc. Um exemplo de atividades com essa intenção é a limpeza não frequente das margens de riachos na área urbana da cidade de Jundiá do Sul, visando a retirada de entulhos e outros tipos de lixos.

5.1.5.5. Infra-estrutura operacional

Na garagem da PM de Jundiá do Sul, localizada há uma oficina mecânica, um pátio para manobras e estacionamento de veículos (caminhões de coleta de lixo, trator, retro-escavadeira, carros de passeio, etc.) e uma área para os servidores.

5.1.5.6 Estrutura Financeira

O levantamento e análise da atual estrutura financeira relativa aos serviços de limpeza urbana do município foram realizados junto à Prefeitura, por intermédio do secretário de Obras e Urbanismo Sr. Ricardo, abordando as questões a seguir:

I) Remuneração e Custeio:

Orçamento anual do Município

ANO	2003	2004	2005	2006
ORÇAMENTO(R\$)	000	000	4.631.500,00	5.181.048,00

Orçamento destinado ao Serviço de Limpeza Pública



ANO	2003	2004	2005	2006
ORÇAMENTO(R\$)	000	000	35.199,40	44.157,02

Segundo o secretário da administração, Jundiaí do Sul não é auto-sustentável no custeio das despesas no que se refere aos serviços de transporte e coleta de lixo.

II) Investimentos

A área que foi destinada para a disposição do lixo a partir de junho de 2001 constitui-se em um terreno do município, para disposição dos resíduos sólidos urbanos do Município de Jundiaí do Sul.

III) Controle de custos

Com relação aos procedimentos de controle de custos relacionados aos serviços de limpeza urbana, o Secretário de Administração informou que são realizados saldos orçamentários, balancete de despesas, balanços orçamentários, etc.

A fiscalização dos serviços de limpeza urbana fica a cargo da Secretaria Municipal de Obras, bem como as medições dos mesmos (contratação de mão de obra, acompanhamento dos serviços desempenhados e outros).

5.1.6 Educação Ambiental formal voltada para os RSU

Com relação ao desenvolvimento de programas de educação ambiental, no município sabe-se que, esporadicamente, são realizadas algumas palestras sobre coleta seletiva e reciclagem nas escolas.

Algumas escolas municipais incrementaram a coleta seletiva e apresentou propostas que envolvem a coleta seletiva, reciclagem, etc.



5.1.7 Aspectos Sociais

Uma das questões que devem ser estudadas cuidadosamente quando da implementação do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (PGIRSU) são os aspectos sociais envolvidos nas diferentes intervenções do plano. Tais aspectos referem-se, inicialmente, na existência de catadores nas ruas da cidade.

Assim, foi elaborado um diagnóstico específico sobre a situação socioeconômica dos catadores atuantes em Jundiaí do Sul, que será apresentado a seguir.

5.2 Diagnóstico socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis dos Resíduos Sólidos domésticos (RSU) do município de Jundiaí do Sul

Dentre as diferentes atividades que compõe um plano de gerenciamento integrado de resíduos de um município se fez necessário diagnosticar a situação socioeconômica dos agentes envolvidos na segregação e comercialização dos materiais recicláveis que estão presentes no lixo doméstico que vem sendo despejado no atual “lixão” e daqueles que realizam a tarefa da coleta dos recicláveis nas ruas, principalmente no centro da cidade e na chamada área comercial.

Sendo assim, além de caracterizar os grupos sociais que se envolvem com a coleta e venda dos recicláveis do lixo doméstico, há a necessidade de se identificar no município os locais de compra e venda dos materiais recicláveis provenientes do lixo, pois só assim considera-se que é possível entender e conhecer um pouco mais sobre este universo, considerado lucrativo, de significativa importância na preservação do meio ambiente e na geração de renda para uma camada desprivilegiada da sociedade.

É sabido que com a implementação da reciclagem dos materiais presentes no lixo doméstico são retirados do ambiente urbano e dos depósitos de lixo (clandestinos e regulamentados) quantidades significativas de vidros, metais diversos, plásticos, latinhas de alumínio, garrafas PET, papéis e papelões, etc, que provavelmente iriam parar em terrenos abandonados, encostas e cursos d’água, causando importantes problemas ambientais e de saúde pública. Sob o ponto de vista social e econômico, apesar das situações de



insalubridade a que estão submetidos os catadores (garimpeiros do lixo), considera-se que o trabalho de catação e reciclagem dos recicláveis promove uma certa “inclusão social” daqueles que se envolvem com o serviço, pois os mesmos conseguem recursos que não teriam a oportunidade de obter tendo em vista a precária formação intelectual que possuem.

5.2.1 Situação atual dos catadores e coletores (garimpeiros) de lixo de Jundiaí do Sul.

Em julho de 2008 em visita ao lixão de Jundiaí do sul, foi constatado que não há catadores no local.

Com base nos dados levantados, foram entrevistadas as pessoas que coletam os materiais recicláveis em Jundiaí do Sul, diz respeito a três pessoas de uma única família que coletam o material juntas, destes são: 1 homem de 55 anos de idade e 2 mulheres sendo de uma de 53 anos e a outra de 45 anos de idade e, eles conseguem uma renda mensal média de 450,00 reais, residem em casa de alvenaria em bom estado de conservação.

(não há catadores no lixão)

Em janeiro de 2008, foram entrevistados os catadores que trabalham nas ruas da cidade.

Com base nos dados levantados, em janeiro de 2008, em várias entrevistas e idas a campo, é apresentada, a seguir, a situação atual dos mesmos.

Foram entrevistados ao todo 07 catadores de recicláveis de Jundiaí do Sul. Destes, 62,16% são homens e 37,84% mulheres.

Constatou-se que existem menores trabalhando diretamente com o lixo em Jundiaí do Sul.

Dos catadores cadastrados 29,73% são solteiros, 43,24% são casados ou possuem companheiros, 8,11% são viúvos e 18,92% são desquitados.

Quanto ao grau de escolaridade, 59,46% estudaram de 01 a 04 anos, 18,92% são analfabetos.

A grande maioria dos catadores, 71,43% tem filhos menores e dependentes.

Em relação ao tipo de moradia, a maioria vive em barracos.



Existe certa exclusão entre os próprios trabalhadores envolvidos na reciclagem de materiais do lixo em Jundiáí do Sul já que, **aqueles que trabalham no aterro “não se relacionam bem com os trabalhadores da rua”**. Os catadores que trabalham no aterro, desenvolvem apenas nele as atividades e ali mesmo vendem o material coletado para compradores que normalmente são estabelecidos em outros municípios.

O tempo médio de trabalho dos catadores de aterro sanitário é de aproximadamente oito horas diárias.

Entre estes trabalhadores das ruas de Jundiáí do Sul há certa cumplicidade, pois alguns possuem os pontos certos e apenas eles catam ali. Os que não têm local certo para ficar, e juntar o material descartado, andam com suas carroças por vários bairros da cidade, até conseguir juntar uma quantidade significativa de material. De certo modo, parece haver informalmente o domínio de alguns catadores por determinados pontos da cidade, onde a produção e descarte de recicláveis são maior, e, portanto, mais rendosa.

5.3 Propostas de ações a serem tomadas pela administração municipal

5.3.1 Aspectos econômicos, financeiros e legais:

I) Avaliar a necessidade de revisão das taxas estabelecidas no IPTU, que envolvem os serviços de limpeza urbana:

- Realizar um levantamento dos valores médios arrecadados no pagamento das taxas dos últimos 4 anos;
- Estudar a implantação de programas de incentivos de pagamento aos inadimplentes;
- Realizar campanhas de divulgação das possíveis melhorias dos serviços de limpeza urbana, mediante o efetivo pagamento do IPTU.



II) Definir procedimentos administrativos e legais arcados pelos moradores/proprietários para a retirada “ocasional e por solicitação dos resíduos gerados” (entulhos, podas de árvores e outros resíduos industriais) feitos a PMJS:

- Definir procedimentos e estabelecer regras para a não execução dos serviços de retirada de resíduos industriais e entulhos;

III) (Re) definir as taxas estabelecidas no Código Tributários do Município (específicas dos serviços de limpeza urbana):

- Criar mecanismos de incentivos fiscais, que viabilizem a instalação de empresas de reciclagem no município, considerando os benefícios sociais e ambientais proporcionados pela reciclagem;
- **Estudar a viabilidade (ou não) da terceirização dos serviços de limpeza urbana.**

IV) Rever (atualizar) o Código de Posturas do Município a fim de propor modificações e modernização:

- Avaliar o desempenho das atividades relacionadas aos serviços de coleta dos RSU e o cumprimento pela comunidade das determinações;
- Divulgar e consolidar junto à comunidade o código de postura do Município.

5.3.2 Aspectos sociais e agentes sociais envolvidos com os RSU (comunidade, técnicos da PMJS, catadores, separadores autônomos, cooperativas, etc).

I) **Fomentar a criação e a organização de Associação dos catadores autônomos de recicláveis presentes no RSU de Jundiá do Sul: (só há 3 catadores, da mesma família)**

- Oferecer suporte material e infra-estrutura mínima (nos primeiros seis meses dos trabalhos);
- Aquisição de carrocinhas para coleta seletiva;
- **Reorganizar a disposição da prensa e o uso do galpão de triagem;**



- **Fomentar e facilitar a criação da associação dos catadores e recicladores dos RSU de Jundiá do Sul;**
- Na eventual contratação de empresas prestadoras de serviços de limpeza, solicitar que os funcionários das mesmas sejam treinados para colaborar com a coleta seletiva de resíduos, de forma a viabilizar a efetiva segregação dos materiais na fonte e garantir sua destinação aos catadores organizados;
- Incentivar a implementação de programas de redução da geração de resíduos nas dependências dos órgãos públicos municipais e nas escolas;
- Implantar imediatamente a coleta de recicláveis (papeis) nos órgão da administração municipal;
- Realizar curso de capacitação de agentes sociais envolvidos com o PGIRSU de Jundiá do Sul.

II) Implantar “imediatamente” a coleta seletiva de materiais para dar suporte aos trabalhos iniciais da associação de catadores de recicláveis:

- Iniciar os trabalhos de coleta seletiva (binária) - secos e úmidos, em alguns bairros da cidade e pontos estratégicos do centro comercial;
- Orientar corretamente a população para a participação na coleta seletiva;
- Registrar e divulgar os resultados obtidos com os programas de coleta seletiva;
- Avaliar continuamente o desempenho da coleta seletiva (em termos econômicos e sociais);
- Motivar insistentemente a população para a participação.

III) Elaborar um Plano Social envolvendo os catadores:

- **Elaborar cronograma físico e financeiro com os catadores cadastrados (até 23 de maio de 2008);**
- Garantir a complementação da renda básica das famílias dos catadores presentes no aterro por meio de instrumentos sociais e bolsas de auxílio;
- Realizar reuniões mensais do Fórum Lixo e Cidadania.



5.3.3. Educação Ambiental sobre Resíduos Sólidos Urbanos

- I) Formulação de políticas educacionais que envolvam os RSU;
- II) Lançamento do Programa Jundiáí do Sul de Educação Ambiental para os RSU:
- Envolver as escolas municipais e distritais nos programas de coleta seletiva do município, de forma a sensibilizar os alunos e, através deles, suas famílias;
 - Alocar recursos específicos às ações de educação ambiental envolvendo os RSU;
 - Disseminar informações e práticas educativas que envolvem os RSU através dos meios de comunicação local;
 - Traçar metas e objetivos para o programa de educação de Jundiáí do Sul;
 - Incentivar membros da sociedade a participarem de ações individuais e coletivas voltadas para a questão dos resíduos sólidos;
 - A PMJS deverá produzir e divulgar materiais educativos, com conteúdo relacionado à realidade local, a serem fornecidos às instituições de ensino fundamental e médio e a associações comunitárias;
 - Incentivar a formulação de programas de educação ambiental não-formal (envolver os cidadãos nas responsabilidades no que se refere à limpeza urbana);
 - Desenvolver projetos anuais de mobilização social;
 - Estruturar um projeto municipal de Educação Ambiental para RSU com data anual para divulgação dos trabalhos envolvidos.

5.3.4 Revisão e melhorias da coleta, transporte e disposição final dos RSU nos distritos de Jundiáí do Sul.

- A PMJS deverá elaborar estudos técnicos e econômicos, visando à melhoria dos serviços;



5.3.5 Implantação de coleta seletiva de materiais presentes nos RSU

I) Fomentar a coleta seletiva na sede do município iniciando a prática por bairros pilotos:

- Alocar recursos específicos, por parte do município, que visem à implantação da coleta seletiva;
- Divulgar informações sobre o plano da coleta seletiva por meio dos meios de comunicação locais;

II) Implantação de estrutura mínima para viabilização da coleta seletiva (coleta separada, transporte, triagem, armazenamento temporário para comercialização).

III) Instalação de postos de entregas voluntárias em locais de grande circulação de pessoas (Ex.: supermercados, etc.):

- A PMJS, via meios de comunicação locais, deverá incentivar a comunidade a participar de ações individuais e coletivas voltadas para a coleta seletiva;
- A PMJS, por meio da Secretaria de Comunicação Social, com dados reais e participação das Secretarias de Meio Ambiente e de Serviços Urbanos, deverá continuamente produzir e divulgar para a comunidade informações a respeito dos resultados da coleta seletiva.

5.3.6 Resíduos de grandes volumes e especiais

I) Efetivar uma Lei Municipal que disciplina o uso de caçambas para a coleta de terra e entulhos da construção civil no município:

- O poder executivo e legislativo deverão, pelos canais competentes, efetivar uma Lei Municipal e formular dispositivos legais específicos para o serviço de coleta de estabelecimentos que geram resíduos em grandes volumes.



II) Elaborar regulamentos específicos (leis municipais e resoluções) estabelecendo critérios para a coleta e taxação diferenciada dos estabelecimentos comerciais e dos grandes geradores:

- A Departamento de Serviços Urbanos fará levantamento da produção desses resíduos, visando equacionar a coleta, transporte e tratamento final, para empresas especializadas.

5.3.7 Disposição final dos RSU gerados na sede do Município

I) Regularizar os aspectos técnicos e de licenciamento do aterro sanitário visando ao licenciamento de operação (LO) para permitir o funcionamento regular do aterro sanitário municipal:

- Reformular o projeto técnico do aterro sanitário visando à obtenção de melhor controle ambiental para os RSU;
- Regularizar o licenciamento do aterro sanitário no Órgão Ambiental do Paraná (IAP).

5.3.8 Gestão do PGIRSU

I) Implementar o Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Jundiaí do Sul

II) Propostas que incluem estudos e análises que envolvem os RSU e resíduos especiais passarão pela discussão e deliberação pelo Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Jundiaí do Sul

III) O poder executivo e as secretarias administrativas envolvidas com os RSU deverão agir visando à implantação do **Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Jundiaí do Sul**.



6. PRINCIPAIS PROBLEMAS OPERACIONAIS DETECTADOS

Durante o desenvolvimento das atividades do PGIRSU, que se estenderam demasiadamente, as principais dificuldades operacionais detectadas pela equipe da Proresíduos foram:

- Carência de dados na obtenção de informações da Prefeitura Municipal de Jundiá do Sul para a elaboração do diagnóstico da situação atual em Jundiá do Sul;
- Tendo em vista que o serviço de limpeza urbana é uma atividade que está em plena operação e tem sua própria dinâmica, constata-se que ações visando a melhoria dos serviços vão sendo implementadas pela Prefeitura tornando o PGIRSU, em algumas proposições, defasado.

7. CONCLUSÃO

A partir da realização deste trabalho, foi possível verificar que a elaboração e a posterior implantação de um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos não é tarefa de fácil execução. Além da necessidade de conhecer detalhadamente os aspectos operacionais, dos custos envolvidos com os serviços atuais e os recursos financeiros disponíveis para implantação do plano, a concepção e implantação do PGIRSU são também condicionadas pela disponibilidade e capacitação de recursos humanos, pois é primordial a existência de uma estrutura organizacional que lhe ofereça o devido suporte. Ou seja, para que um plano desse funcione, deve haver subsídios para o planejamento técnico, estratégico, financeiro, operacional, gerencial, de recursos humanos e que permita e incentive o envolvimento dos segmentos representativos da população, como associações de bairros, ONGs locais, cooperativas de catadores, escolas, etc. Também conta muito **a vontade política do administrador público** em ver as questões dos RSU plenamente resolvidas.

Entende-se que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jundiá do Sul deve liderar as ações a serem tomadas na elaboração de um PGIRSU, mas ao mesmo tempo, deve trabalhar em conjunto com as demais secretarias envolvidas na questão. Tal



fato leva a perceber a importância em se organizar uma equipe que, além de estar inteirada no assunto do trabalho a ser executado, se mostre interessada e integrada nas atividades a serem realizadas. Além de recursos financeiros, são primordiais o aprimoramento e a capacitação das administrações municipais para permitir a concretização deste plano.

Outra dificuldade já apresentada é que o serviço de limpeza urbana do município já tem uma rotina operacional e propor alterações numa prática já consolidada é tarefa de difícil concretização. Outro fato é que alterações e melhorias que envolvem os serviços vão sendo implementadas com o tempo, tornando a cada momento o PGIRSU, em alguns aspectos, defasado.

Cabe ressaltar ainda que posteriormente devam ser elaborados projetos específicos e detalhados para cada uma das proposições apresentadas nesse plano e, para isso, os diferentes setores da PM Jundiá do Sul, coordenados por um representante da administração municipal, se responsabilize por tomar à frente a condução dessa trabalhosa tarefa. Ter o município um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos não significa que os problemas referentes aos resíduos sólidos gerados tema estão plenamente resolvidos ou que os caminhos a serem trilhados estão pavimentados. É necessário colocá-lo efetivamente em prática e para isso persistência e vontade política são fundamentais.

Conclui-se, portanto, que o do PGIRSU do Município de Jundiá do Sul apresenta algumas lacunas que, só poderão ser sanadas no momento de sua plena implementação, através do envolvimento eficaz e participativo de todos os envolvidos. Dessa forma, as chances de se obter o devido sucesso almejado, estão diretamente ligadas à determinação com que os trabalhos serão conduzidos daqui para frente.



8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

1. PRADO Filho, J.F, PENNA, J.A. **Proposta de Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSU)**, 2004.
2. CASTILHOS Júnior, A.B. (coordenador). **Resíduos sólidos urbanos: aterro sustentável para municípios de pequeno porte**. Projeto PROSAB – Programa de Pesquisa em Saneamento Básico, Edital 3. ABES/ RIMA. Rio de Janeiro, 2003.
3. TECISAN – Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda. **Relatório de Controle Ambiental do Aterro Sanitário** - Volumes I e II (Desenhos). Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, Abril de 2000.
4. D’ALMEIDA, M.L.O., VILHENA, A. e colaboradores. **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado**. 2ed. IPT/ CEMPRE. São Paulo (Publicação IPT 2622), 2000.
5. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.
6. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**, José Henrique Penido Monteiro coordenação técnica Victor Zular Zveibil. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.